

## Os dilemas éticos e o gênero: desafios contemporâneos

*Ethical dilemma and gender: contemporary challenges*

Thiago Teixeira

*Mestre em Filosofia. Doutorando em Ciências Sociais pela PUC Minas. Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas. Rua do Rosário 1.081, Bairro Angola, CEP 32.630-000, Betim, Minas Gerais, Brasil E-mail: [thiagoteixeiraf@gmail.com](mailto:thiagoteixeiraf@gmail.com).*

**ABSTRACT:** The present study aims to address the ethical problem that crosses gender issues. In this sense, it is necessary that we point out the main ethical paradigms, above all, to think of its logic perpassed to the contemporary problems of recognition, in general, and of gender, in specific. We will then walk through an itinerary that problematizes the fundamental concepts of ethics in order to associate its discussion with the dimension of the masculine which, as we shall see, is constructed in the viewpoint of excluding behavior. To do so, we will base ourselves on what we consider to be the greatest ethical problem in the contemporary world: recognition.

**Keywords:** ethics, gender, contemporaneity, recognition

**RESUMO:** O presente trabalho tem por finalidade abordar o problema ético que atravessa as questões de gênero. Nesse sentido, faz-se necessário que apontemos os principais paradigmas éticos, sobretudo, pensarmos sua lógica perpassada aos problemas contemporâneos do reconhecimento, no geral, e de gênero, em específico. Percorreremos, assim, por um itinerário que problematiza os conceitos fundamentais da ética a fim de associar sua discussão à dimensão do masculino que, como veremos, é construído na ótica da conduta excludente. Para tanto, nos sustentaremos no que consideramos o maior problema ético na contemporaneidade: o reconhecimento.

**Palavras-chave:** ética, gênero, contemporaneidade, reconhecimento

### INTRODUÇÃO

Reconhecemos que a ética é uma das grandes questões das aspirações filosóficas. Sua relevância está na inauguração de um horizonte equitativo e horizontal. Desta feita, ela mira uma atmosfera na qual os sujeitos podem ser reconhecidos e respeitados na sua existência e a partir de suas singularidades.

O presente trabalho evidencia uma crítica ao cenário valorativo contemporâneo tendo em vista a dinâmica do reconhecimento. Para tanto, apontaremos uma aproximação necessária entre as perspectivas éticas e as questões de gênero. Neste sentido proporemos o grande desafio de se instaurar uma perspectiva de reconhecimento recíproco entre os indivíduos, a partir de suas diferenças. Enfrentaremos a questão da alteridade a partir dos espectros da filosofia. Requisitaremos deste espaço a crítica às determinações hegemônicas e violentas que se instauram na elaboração de uma subjetividade válida.

Ao passo que pensamos o horizonte ético na garantia das liberdades, do respeito à alteridade e, sobretudo, na vivência de um reconhecimento real, proporemos uma investigação profunda do que pode ser compreendido como o bem comum e, mais, como as questões de gênero se encaixariam nessa discussão.

Este artigo se orienta por duas questões centrais: a) quais são os maiores desafios do cenário moral contemporâneo; b) o que é gênero e como essa discussão exige, em si mesma, uma discussão moral. Compreendemos que um dos maiores desafios éticos contemporâneos se assenta na dinâmica do reconhecer. Estabelecer uma perspectiva dialógica fere, em alto grau, uma estrutura centralizada numa ideia única de subjetividade masculina. Deste modo, propomos uma análise dessa estrutura que inviabiliza o outro e impede, sobretudo, a constituição de valores éticos.

Nesse ínterim, será questionada a ordem vigente que suplanta outras formas de existir a partir de uma base de “reconhecimento” excludente e centralizada no masculino e suas facetas. Pensamos ser necessário colocar essa masculinidade numa posição crítica, a fim de retirar sua força ativa e violenta. Analisar a masculinidade é, de algum modo, apontar seu caráter tóxico. Ademais, configura um exercício de desconstrução de seu poder consolidado ao longo da nossa cultura.

Pensar o gênero é pensar a possibilidade de existir. Grifamos, mais uma vez que, os problemas éticos na contemporaneidade se concentram numa falta significativa de reconhecimento<sup>1</sup>. Assim, pensamos que existem dois modos negativos de olhar para o outro e encerrá-lo nesse lugar distante a partir do ideal de subjetividade hegemônica: não se aproximar, por considerar que esse outro deve ser mantido numa posição subjugada — por ele ser diferente — e, por outro lado, permitir que esse outro seja percebido, na medida em que ele (a) nos fornece algum tipo de utilidade.

---

<sup>1</sup> Nos aproximamos da perspectiva de Judith Butler para elucidar as dinâmicas de reconhecimento. A filósofa, em sua obra, *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto, empreende uma profunda reflexão sobre os estatutos de reconhecimento que afunilam a nossa percepção dentro de enquadramentos que legitimam ou não as existências.

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla>

*Sinapse Múltipla*, 8(1), jul., 41-56, 2019.

É possível identificar que nesses dois casos, o outro é colocado constantemente na condição de objeto. Destarte, temos uma estrutura que recorrentemente inviabiliza uma atmosfera moral, isto é, pensar a ótica sujeito e objeto equivale ao dismantelar do acesso ao outro enquanto sujeito. Pensamos que essa estrutura — heterocentrada masculina — precisa ser desconstruída para que possamos pensar a construção de uma eticidade que se sustente na revelação do(a) outro(a). O presente trabalho aborda as discussões éticas que perpassam as compreensões acerca do gênero.

## A EXIGÊNCIA ÉTICA E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Temos como principal objetivo enfrentar os dilemas éticos no intramundo das existências. Nosso escopo, contudo, tem um recorte significativo: as perspectivas de gênero. Sendo assim, nos concentramos na problematização duas questões centrais e de grande relevância: a) o que é a ética e quais são os seus principais problemas contemporâneos? Ademais, quais são os desafios éticos quando tratamos das questões de gênero?

O paradigma ético acompanha a filosofia desde o período grego clássico até os nossos dias. Podemos dizer que sua maior exigência está na construção de um horizonte que se assenta no bem comum. De Aristóteles a Kant, a discussão acerca da ética se baseia numa ânsia pela constituição do bem comum e da eleição daqueles que são reconhecidos como os agentes morais, logo, também, como sujeitos.

É possível dizer que a ética no aparato epistemológico filosófico, se vincula à busca do melhor para todos e, por vezes, esse bem é delimitado ao campo das ações racionais e deliberativas. Ademais, a ação ética leva em consideração a existência de pressupostos como liberdade, alteridade e reconhecimento. Nossa crítica se sustenta exatamente nesses três pilares, isto é, colocamos em xeque a ideia de sujeito do reconhecimento que, em alto grau, perpassa as questões de gênero.

Se pensarmos que o valor ético se determina a partir de ações que livremente promovem o bem numa forma planejada e, mais, que esse comum delimita um encontro entre subjetividades, logo é possível perceber que a ética contemporânea demanda um grande desafio: desconstruir os ideais de subjetividade que se fundam em padrões hegemônicos e violentos.

Pensamos que esses padrões dificultam severamente o diálogo. Tratam-se Ideais de subjetividade tão violentos que impedem outras formas de existir de formas radicais. Eles se encontram tão arraigados e entranhados em nossa cultura, nossa linguagem e nas nossas vivências cotidianas que não nos damos conta que somos reprodutores compulsórios dessas normatizações que impedem e silenciam os (as) outro (as) sujeitos (as).

Esse silenciamento é um exercício permanente da violência. Tal hostilidade se enraíza em nossa cotidianidade sob a forma de misoginia, racismo, LGBTQfobia, xenofobia e todas as demais exclusões que nós naturalizamos. Vale ressaltar que essas violências se relacionam e configuram cada vez mais um ambiente áspero. Sendo assim, pensamos que uma mulher sofre por não ser “o mesmo” no processo de reconhecimento e se ela for negra e lésbica, por exemplo, será transposta por todas essas exclusões de forma integral.

Ora, é preciso retornar à nossa primeira questão. Deste modo, devemos elucidá-la com mais afinco. Tal esforço se inclina, assim, ao problema por detrás das violências supracitadas. Destarte, é preciso delimitar o que consideramos um campo ético para que tencionemos essa compreensão e a sua incorporação no cenário contemporâneo, sobretudo nas questões de gênero.

Se nos sustentarmos numa definição usual, seremos provocados por uma cisão pontual entre a ética e a moral. Ambos os termos carregam a mesma origem, isto é, o costume. A diferença fundamental está na percepção da moral como a realização prática do costume e da ética como o exercício reflexivo desse mesmo costume.

Logo, tendemos a separar a ação da reflexão. Vale ressaltar que o termo “ética” provém do adjetivo substantivo *ethos* e de sua derivação *ethiké*, termo grego que se vinculava a um determinado tipo de saber. Aristóteles foi o primeiro a delimitar que esse saber corresponderia à excelência das ações humanas virtuosas e oriundas de uma reflexão.

A distinção acerca dos termos ética e moral também ganha força, de algum modo, na contemporaneidade e ainda sob a luz da matriz clássica: ação e reflexão. A moral, como sublinhamos, se apresenta como uma determinação prática do *ethos*, do costume. Assim, podemos dizer que,

*A palavra “moral” vem do latim, (mos, moris) e designa os costumes, a conduta de vida, as regras de comportamento. Etimologicamente há, então, um sentido muito amplo. Ela se refere ao agir humano, aos comportamentos cotidianos, às ações existenciais. Ela faz pensar de maneira espontânea em normas, regras do comportamento, princípios e valores (DURANT, 1995, p. 9).*

Partimos desse lugar de verificação da moral e percebemos que ela contém um duplo valor: a) por um lado ela é responsável imediata por uma “coesão” social por indicar os valores regentes daquela comunidade; b) Noutra ponta, ela apresenta um papel que deve ser desempenhado pelo sujeito nos limites dessa mesma sociedade. Devemos grifar, contudo, que

esse papel pode apresentar graves problemas. Querelas estas que podem servir de entrave para a construção de um horizonte democrático.

A ética, assumindo aquele modelo cindido, se vincula à mudança de atitudes e, por assim dizer, dá contorno às ações por vias deliberativas. Entendemos que a força da ética se engranja ao princípio da responsabilidade, enquanto que a ação que reproduz o sistema valorativo de uma situação, não apresenta imediatamente uma segurança ética. Podemos até dizer que essa posição denota uma má fé<sup>2</sup>, aos moldes da filosofia de Sartre.

A moral como determinação prática do *ethos* pode ser compreendida, grosso modo, pelo conjunto de costumes e valores que dão sentido às nossas ações cotidianamente. Há, contudo, um risco ao assumir essa perspectiva, pois é possível dizer que assumir determinada posição excludente está em conformidade com o costume de uma situação. Por esse motivo, nós utilizaremos o termo *ética*, mas entendendo que em sua utilização estão contidas as importâncias práticas e reflexivas das ações do sujeito.

Nós consideramos a estrutura da moral, em certo sentido, perigosa. Por isso, assumimos a ética como lente de verificação das condutas humanas e, na mesma esteira, de constituição de um horizonte humano, responsável e de reconhecimento. Destarte, pensamos que a ética abarca uma perspectiva crítica da ação e lhe dá a ela mesma uma nova forma. Aqui faz sentido aproximarmos a ética das questões de gênero, visto que suas reivindicações abraçam um horizonte comum e de permissão das liberdades e de respeito às diferenças.

Quais são, grosso modo, os grandes desafios éticos no que tange às questões de gênero? É possível prever que existem aqui questões que demandam bastante discussão e elucidação, mas consideramos que o principal problema se fundamenta na questão do reconhecimento.

Reconhecer, embora pareça uma tarefa fácil e imediata, isto é, confiamos na máxima de que somos sujeitos de consciência e que ela sempre se inclinará rumo “a”, indica um desafio. Acreditamos que a dinâmica do reconhecimento seja um dos maiores problemas éticos da contemporaneidade, em geral, e em particular, nas questões de gênero. Acreditamos reconhecer o outro, em sua manifestação, apenas por enxergá-lo. Assim, reduzimos a disposição da alteridade apenas na apreensão do outro.

Quando nos perguntamos “o que é gênero?” a primeira resposta que nos toma é: “uma construção social que, em forma de papéis, designa um corpo de sentido e valor.” Pois bem, é preciso pensar que nesse jogo, isto é, de significante e significado, existe aquele que, através de seus pressupostos, delimita um espaço denominado subjetividade, existência.

---

<sup>2</sup> O filósofo existencialista compreende por má fé a atitude do homem de fugir da responsabilidade por sua própria existência e dos alcances de suas ações. Nesse sentido, ser de má fé é mentir para si mesmo e dar ao seu projeto existencial um caráter inautêntico.

Assim, podemos dizer que algumas pessoas existem e outras são colocadas no lugar do outro. Podemos dizer que o maior desafio para que pensemos os problemas de gênero se fundamente no problema do reconhecimento.

## A REALIDADE HUMANA E AS SUAS POSSIBILIDADES: O GÊNERO

A discussão acerca do gênero ganha seus entornos quando tratamos do distanciamento da necessidade frente à possibilidade. Entendemos que aquela força diz respeito à natureza (sexo). Doutra modo, a possibilidade indica as construções sociais e seus indicativos, normas e padrões — de masculino e de feminino, por exemplo — que atravessam aquela natureza (gênero). Assim, indicamos inicialmente uma oposição bastante profunda e referta de questões: sexo *versus* gênero.

Ora, estas duas estruturas podem ser reconhecidas como sinônimas? É correto diluir a possibilidade do gênero na “rigidez” biológica? É possível dizer, por exemplo, que homens e mulheres nascem com um destino dado por que possuem estes ou aqueles órgãos genitais? Estes mesmos órgãos determinam que homens devam sair de casa e ocupar os espaços públicos e as mulheres devam permanecer cuidando da economia doméstica, como anunciara Aristóteles, e tudo isso em nome de uma “natureza”? Estas questões carregam bastante inquietude e, por isso, nos inclinaremos a elas com afincamento.

Trazemos aqui, como nossa interlocutora, uma das maiores filósofas contemporâneas: Simone de Beauvoir. Assumimos sua maior obra, “O Segundo sexo”, como lugar de discussão inicial. A filósofa se propõe uma questão embrionária bastante pertinente: o que é ser mulher? Ora, essa pergunta não parece conter nenhuma dificuldade se nos fiamos na não separação entre o sexo e o gênero. Logo, nessa compreensão, ser mulher é ter uma vagina.

Evidentemente, essa resposta bastante simplista, rasa e objetiva esconde todas as querelas por detrás dessa construção social, histórica e cultural da feminilidade. Logo ser mulher não é, apenas, ter um órgão genital, mas indica toda uma estrutura, um destino e uma expectativa que se coloca sobre o seu corpo.

Desta feita, Beauvoir grifa numa de suas mais célebres frases que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” a ausência dessa essência feminina. Aqui, a filósofa identifica a cisão que anunciamos no começo de nossa exposição. Parece que ela, ao dizer que não se nasce mulher, retira dos ombros das mulheres o peso de ter sua existência marcada e delimitada por uma sociedade androcêntrica, falocêntrica e heterocentrada masculina.

*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como Outro. Enquanto existe para si a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo. (BEAUVOIR, 2009, p. 361).*

A filósofa, então, nos convida a perceber que há uma determinação contundente entre o eu e o outro, no seio da vivência e da existência. O mundo da realidade humana é marcado pela exclusão fortemente delineada pelo sujeito em relação ao seu oposto. Beauvoir salienta que inicialmente corpo, a realidade humana é comum e, mais, sua compreensão do mundo não se delimita, a não ser pelo intermédio desse sujeito ou desse indivíduo. Podemos dizer, orientados pela filósofa, há uma determinação de quem existe e quem não.

*A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado julgaram útil manter a mulher em estado de dependência: seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como o Outro. Esta condição servia os interesses dos homens, mas convinha também as suas pretensões ontológicas e morais. (BEAUVOIR, 2009, p. 207).*

Lemos que a mulher, desde o princípio de nossa história ocupou o lugar do outro. Entendemos que há um intervalo significativo entre quem o sujeito (homem) e o não sujeito (a mulher). Todas as existências que, de algum modo, se alijam daquela matriz podem se encaixar no que compreendemos, orientados por Beauvoir, como o Outro.

Essa relação violenta se justifica na história do pensamento ocidental. Quando lemos Aristóteles e sua proposta política, por exemplo, compreendemos uma cisão clara entre os espaços que devem ser ocupados por homens e mulheres. Ademais, esses mesmos espaços devem, segundo o filósofo, se estruturar num deslocamento, visto que a mulher, ou nos termos dele, “a fêmea” deve se submeter ao homem — “o macho”. Podemos ser indagados: “ora, isso é um mero anacronismo?”. Pensamos que não se assumirmos o fato de que nós somos herdeiros daquele pensamento, isto é, nós somos gregos (BRANDÃO, 2012).

O filósofo de Estagira determina haver um *τέλος* ou fim, para todas as coisas. Ademais, ele indica que este destino denota a natureza dessas mesmas coisas. Essa realidade deve, assim, ser buscada para que todos os seres alcancem a sua excelência. No que tange ao homem, sua realidade mais excelente se vincularia às ciências práticas: ética e política. No que tange à política e a ética, percebemos que elas corroboram para que o *homem* alcance a excelência de sua alma.

Posto isso, compreendemos uma distância das realidades do masculino e do feminino, na sociedade. Destarte, o homem fica imputado pelas atividades da razão e da deliberação, pois há, em sua natureza, uma alma deliberativa que dá conta de sustentar sua vida na *Polis*. À mulher, ao contrário, é cedido um destino, que se assenta em sua natureza, de restrição ao *Oikos*.

*A natureza foi mais pródiga para com o animal que vive sob o domínio do homem do que em relação à fera selvagem; e a todos os animais é útil viver sob a dependência do homem. Nela encontrariam eles a sua segurança. O macho é mais perfeito e governa; a fêmea o é menos, e obedece. (ARISTÓTELES, 1995, p. 18).*

Notamos, então, que o filósofo associa o desnível entre os homens e as mulheres à natureza. Logo, para Aristóteles, há uma divisão radical entre uma existência que importa no fulcro da política e a realidade que deve se submeter ao masculino: a mulher. É relevante também verificar que nesse contexto há uma legitimação qualitativa das diferenças entre os gêneros, entre o masculino e o castrado, como afirma Beauvoir.

Ao homem, ao longo dos tempos, foi outorgado o *status* de autoridade absoluta. Tal “autoridade” imprimiu a ausência de reciprocidade. Nessa lógica os outros, isto é, aqueles que não se encaixam nessa construção do masculino, são vistos através da lógica da violência — em todos os seus níveis. É preciso, então, desconstruir essa perspectiva absoluta e estabelecer, de forma dialógica, um horizonte recíproco.

*A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo sexo feminino na atividade pública. (BEAUVOIR, 2009, p. 89).*

Tal igualdade ainda é um desafio, pois abala as estruturas de uma sociedade machista. Essa centralidade no masculino cria uma consciência que se compreende enquanto mesmo, e percebe de modo objetivo o outro, estabelecendo, assim, uma relação dialética. O outro se apresenta a nós como uma realidade e, esse aparecer, dispõe de uma reciprocidade. Para elucidar essa alteridade violenta é possível que recorramos a Hegel, assim como o fez Beauvoir.



Deste modo, quando nos sustentamos na relação entre o Senhor e o escravo, compreendemos que no cerne daquela operação dialética, ambos se reconhecem, pois se veem como sujeitos. Mesmo que esse reconhecimento seja provisório e que os lugares, ali, possam ser alterados. Aqui o Mesmo e o Outro estão no mesmo nível dentro de sua relação. O mesmo não acontece com a mulher ao longo da história. Ela não obtém o lugar do outro, mas do *absolutamente outro*, ou seja, o lugar de uma existência apartada da dinâmica de reciprocidade.

A existencialista se inclina à perspectiva emancipadora da mulher, isto é, prevê que as mulheres devam requerer, de modo autêntico, seu lugar direito: ondes elas queiram estar. Nesse sentido, desbaratar todos os estigmas que lhe foram atribuídos ao longo da história, da cultura e no âmbito epistemológico.

Somos levados a pensar, a partir desta discussão que a reflexão acerca do gênero é atravessada por uma violência estrutural. Esta, por sua vez, indica uma existência que é legitimada e que marca todas as outras que não lhe são equivalentes. Destarte, podemos inferir que o que não está no âmbito do masculino e de seus alcances normativos e heterocentrados, é engolido por *estigmas*. Ora, o que podemos chamar, aqui, de *estigmas*? Como essa centralidade no masculino construiu, ao longo dos tempos, um ambiente hostil às existências que não se encaixam em seus pressupostos?

Ao pensarmos nessa legitimação da violência, nos moldes do julgamento, nos remetemos ao conceito de *estigma* elaborado por Erving Goffman (2004). Nesse ínterim, o estigma corresponde à lente da realidade manchada pelos preconceitos e pelas narrativas de exclusão. Logo, chamaremos de *estigma* os empecilhos que engessam as existências que, de algum prisma, se encontram à margem da sociedade patriarcal e de seus pressupostos.

Esses valores negativos se atravessam e correspondem a uma atmosfera de violências. Logo, os estigmas dão forma à uma estrutura hostil que se funda em degraus que se apartam do que há pouco chamamos de sujeito absoluto. Toda essa bestialidade se entrecruza nos termos do gênero, da raça, da classe social, da orientação sexual etc. Para elucidar o que entendemos por estigmas, recorreremos à Angela Davis e sua genial problematização acerca da mulher negra nos limites da escravidão. A filósofa nos impressiona com o papel subjugado que as mulheres negras receberam de seus “proprietários”.

Angela Davis em sua obra *Mulheres, raça e classe* põe as claras a realidade das mulheres frente realização de uma superioridade masculina e branca. As mulheres negras trabalhavam junto aos homens durante o dia e à noite sofriam nas mãos dos senhores como objetos sexuais. Tamanha crueldade afetava diretamente a vida das mulheres e homens negros, pois minava, de forma hostil, a vivência de suas famílias.

*Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituído durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir, e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. (DAVIS, 2016, p. 36).*

Consideramos, assim, que o gênero corresponde a esse processo de reconhecimento nos limites do jogo da vida e da cultura. Ele, inicialmente, denota as imagens de masculino e feminino. Notamos que a mulher, ou melhor, as mulheres se localizam à larga distância construída, como afirma Davis, num desejo hegemônico de dominação masculina.

Esta autoridade é nociva para as mulheres cis (mulheres que se compreendem a partir do sexo e do gênero designados desde o seu nascimento), para os gays, para as lésbicas às mulheres trans, isto é, essa masculinidade tóxica contamina, sob a forma de exclusão e injúria, todas as formas de existências descentralizadas do masculino ou de uma heteronormatividade masculina.

*O homem é parte do mundo que está acima, onde o poder é passado de pai a filhos. Nesse mundo, o homem assume as normas de gênero masculino via experimentação do prazer. Esse poder adquire seus status uma função diretamente proporcional à dor produzida. O homem se identifica com a alteridade, só e exclusivamente, se esta for subordinada. A expressão masculina se localiza no espaço de intersecção entre apropriação e eliminação. (SÁEZ, 2016.p. 108).*

Nós entendemos que os gêneros são constituídos e desenham as existências. Podemos dizer, assim, que os papéis até aqui versaram uma disparidade significativa baseada, sobretudo, na figura do masculino. Essa lógica perversa reproduz uma dicotomia que julga naturalizar aqueles estigmas supracitados. Esse jogo de papéis se funda, sobretudo, na dicotomia: ativo *versus* passivo. Evidentemente, a mulher e todas as outras realidades — cada uma com sua demanda e suas pautas — que escapam a masculinidade heterocentrada, branca e burguesa, estariam nesse lugar de passividade.

*Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo da dominação*

*masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância como reconhecimento erotizado da dominação masculina. (BOURDIEU, 2015, p. 31).*

Evidentemente essa posição ativa se soma à violência e hostilidade. Estruturalmente essa masculinidade se afirma na estrutura do preterir o outro. Percebemos, por exemplo, que o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo<sup>3</sup>. O direito da pessoa humana é atacado constantemente sob a forma de homofobia, lesbofobia, transfobia etc.

Acreditamos que essa vontade do preterir é constituída no cerce da masculinidade e de seus desdobramentos. Dessa forma, é preciso dialogar e colocar em evidência essas querelas, assumindo, assim, uma posição ética. Esta posição, como sabemos, só existe no campo da liberdade e da alteridade. Equiparar os direitos e ampliar os direitos é uma tarefa pontual, para que construamos uma atmosfera ética, sobretudo, no recorte do gênero.

De modo bastante claro e pontual, lemos a realidade que nos circunda constantemente através dessa lente: do subjugamento. Essa subordinação pautada na estrutura ativo (homem) x passivo (outro) indica um desnível ético e que atravessa as questões de gênero. É possível que vençamos essas questões? De que modo? Parece-nos que o caminho é longo e árduo, mas ele existe. É preciso que apontemos essas discrepâncias e lutemos por um horizonte equitativo em todos os campos, como um ato político.

*A política é um dos campos historicamente dominado pelos homens. Ela está estruturada de forma a possibilitar a reprodução de uma hierarquia já institucionalizada, na qual homens são a maioria e ocupam os postos chave, ao passo que as mulheres são a minoria alijada do poder. Isso se verifica também no processo eleitoral. (<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2014/as-mulheres-nas-eleicoes-2014-livro.pdf>).*

*Apesar da Lei de Cotas, do aumento informado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos esforços dos movimentos sociais para que mais mulheres se candidatem, o número de mulheres eleitas teve um crescimento pouco expressivo desde 2014. (THEODORO; ADAMS, 2016, p. 205).*

<sup>3</sup> Dados que são descritos com profundidade no Site da ONUBR (<https://nacoesunidas.org/violencia-contra-pessoas-trans-e-extremamente-alta-nas-americas-apontam-onu-e-parceiros/>). Ali é possível enxergar o ódio por detrás desse sistema patriarcal, misógino e transfóbico. Os dados são alarmantes quando pensamos nos anos de 2012 a 2014, por exemplo. Há entre esse período uma progressão da violência e os números registram 604 mortes no país.

Entendemos que esse horizonte equiparado e democrático deve ser constituído num espaço aberto ao reconhecimento e marcado pelo respeito às diferenças. A libertação, como nos ensina Beauvoir, acontece na medida em que lidamos com o outro nos limites da reciprocidade. Logo é preciso reconhecer para que se instaure um *topos* do bem comum, da garantia dos direitos na e pela diferença. Aqui está, para nós, um dos grandes desafios éticos na contemporaneidade: o reconhecer.

## OS DESAFIOS DO RECONHECIMENTO

É possível dizer que essa questão é absurdamente inquietante. Seguramente, seu incômodo tem origem em nossa educada hipocrisia em dizer que não somos excludentes e que não há de nossa parte, nenhum tipo de pré-conceito. Curioso, por exemplo, pensarmos que, por muito tempo se acreditou no mito da democracia racial (FREYRE, 2003) no Brasil, quando na verdade o racismo é uma marca cotidiana e está entranhado em nossa perspectiva e nas nossas relações, de modo estrutural. Compreendemos que essa “vontade de verdade” só existe como forma de mascarar nossa realidade mais objetiva: nós não reconhecemos.

Pensemos numa estrutura básica de conhecimento, isto é, numa relação entre: sujeito e objeto, ou se não, sujeito e sujeito. É possível pensar que em ambos os casos há uma referência base e inicial, isto é, a compreensão de que há um sujeito legítimo que percebe e confere, ou não, ao outro, validade. Assim, o conhecimento sobre o objeto e o “reconhecimento” de alguém perpassam os limites e pressupostos que elencamos como possíveis. Quando não, julgamos e excluimos aquele que, nessa lógica violenta, assume o lugar do outro.

Tendo em vista aquela estrutura, defendemos que não há, nas discussões que atravessam o gênero, uma atitude de reconhecimento. Esse não existir se pauta fundamentalmente nessa lógica do eu, enquanto sujeito, e do outro no lugar de objeto. Sendo assim, escolhemos aqueles que, dentro de alguns limites podem ter para conosco reciprocidade e os que não poderão. Chamamos isso, orientados por Butler, de enquadramento.

O enquadramento é justamente essa posição de fechar o campo de visão no alcance daquilo que você julga aprazível. Nesse contexto, descartamos os outros como se colocássemos uma lente de aumento apenas naquela realidade que nos interessa. Destarte, escolhemos reconhecer aquilo que se adequa às nossas perspectivas. Esse enquadramento, para nós, se fia em duas posições bastante violentas: a) de um lado não reconhecer; b) do outro; o reconhecimento problemático.

O não reconhecer denota uma posição de preconceito imediato. Desta feita, nós não nos aproximamos do outro, pois consideramos que ele não tem a nos oferecer. Determinamos que a sua existência beira a realidade material e, nesse contexto, nada que ele possa fazer, dizer ou pensar pode ser integrado à nossa realidade. Podemos dizer que essa posição é profundamente narcísica e egoísta. Esse egoísmo se amplia e é nocivo à esfera do comum, pois é nela que alteramos e constituímos valores que atinjam a todos, de modo a assegurar a sua dignidade. Podemos inferir, então, que o ser humano é

*Um ser de expressão, se ele possui algo inexoravelmente original, pessoal, próprio a expressar, se expressar-se é essencial à sua realização, se sua expressão se dá na linguagem, que é uma atividade que acontece no espaço público, no diálogo com outros, então a vida em comunidade será o lugar propício de expressão de ser humano. (RIBEIRO, 2013, p. 147).*

Entendemos que o não reconhecer instaura um ambiente hostil de negligência e subjugamento do outro. Lemos essa realidade do não reconhecer quando percebemos que, em 2017, o Brasil encabeça — pelo sexto ano consecutivo — o ranking do país que mais mata pessoas trans, no mundo. Esse ano já foi registrado 61 mortes da população trans no território brasileiro (BAETA, 2017).

Esse rastro de violência não para por aí. Podemos também pensar no âmbito da questão racial. A CPI do Senado federal em 2016 mostrou que, a cada um minuto, 23 jovens negros morrem no Brasil (ESCÓSSIA, 2017). Esse número é alarmante e foi mapeado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, tendo em vista os dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde.

Evidentemente, esse é o recorte para pensarmos que no âmbito do não reconhecimento é legítima a violência. Visto que o outro não merece o luto, porque não é sujeito. É importante pensarmos também que esses fatores de exclusão não são isolados. Eles se integram nessa atitude constante de preterir o outro, de retirá-lo constantemente do espaço público, do lugar de sujeito.

O reconhecimento problemático, como chamaremos, aqui, denota uma posição utilitária, e conseqüentemente, profundamente violenta em relação ao outro. Nesse sentido ele corresponde às condutas que temos ao considerar que o outro se encaixa em nossas expectativas de modo provisório e, só por isso, nós o enxergamos.

Se pensarmos, por exemplo, no corpo feminino associado a uma marca ou a um produto, identificamos essa lógica. Ali a feminilidade é reduzida, por uma estrutura machista e patriarcal,

ao *status* de objeto. Ela é “reconhecida”, mas como objeto e atende às expectativas daqueles que determinam o objetivo a ser alcançado. Nesse contexto, reconhecer de modo problemático também é preterir ao outro, visto que ele existe para atender às nossas necessidades.

Nesse íterim, não nos propomos o diálogo, pois o outro se encontra sempre abaixo de nós. Ele não pode dizer, nem pensar, tampouco agir de modo que saia desse *script*, isto é, do enquadramento que o atribuímos como um destino, como afirma Butler,

*O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolvem historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. (BUTLER, 2015, p. 20).*

Se visarmos um horizonte equitativo, é preciso assumir a importância do diálogo e de um reconhecimento que não se limita aos enquadramentos periféricos e sem profundidade ética. Em Butler (2015, p. 21), essa posição sem a dinâmica que percebe o outro, mas não se orienta pelo caminho do reconhecimento, pode ser chamada de *apreensão*.

Podemos compreender que o campo da *apreensão* inaugura uma percepção imediata do outro e se desdobra no que chamamos de não reconhecimento e reconhecimento problemático. Esses são estados, para nós, intermediários no que diz respeito ao aparecimento do outro à nós e da resposta que nós damos a ele. Assim, ele aparece para nós com suas singularidades e perspectivas e nós, então, temos duas posições: ou negamos essa posição dialógica do reconhecimento ou assumimos que é preciso construir valor a partir das diferenças, pois elas são a marca fundamental de nossa realidade humana.

Pensamos que ultrapassar a moldura na qual legitimamos quem deve ou não existir é um ato de resistência. No geral e, para nós, no âmbito das questões de gênero. Não há alternativa para pensarmos o reconhecimento senão no exercício constante de diálogo e de construção dos valores nas diferenças. Esse exercício, com método dialógico, deve ser o lugar de desconstrução dos pressupostos hegemônicos — sobretudo a construção da masculinidade — de controle para um lugar concretamente justo.

---

**CONCLUSÃO**

A partir deste trabalho é possível compreender que a tradição se estruturou numa ordem violenta: ativo x passivo. Hegemonicamente esse ativo esteve representado por uma masculinidade que, de modo bastante consistente, se sobrepôs às outras formas existências.

Nesse sentido, operamos uma análise crítica de como essa posição definidora de uma subjetividade real é excludente e violenta. Pensar essa distância é indicar uma ruptura drástica com qualquer atmosfera ética.

Para nós, estabelecer uma discussão ética é permitir que se fale e se viva o reconhecimento como ponto de partida e de chegada. Reconhecer é compreender que existe um outro e que ele deve ser respeitado em sua diferença. Essa ação consiste na desconstrução de todos os padrões hegemônicos e violentos que, cotidianamente, são silenciados.

A eticidade na discussão de gênero é transpassada por uma percepção do outro, não como absoluto outro, mas como aquele que pode ter sua existência percebida, assegurada e respeitada. É preciso pensar que o valor precisa se construir na desproporção e na constituição de uma atmosfera democrática.

Chegamos ao fim desse trabalho pensando que até aqui vemos que mulheres, gays, lésbicas, comunidade trans, movimento negro e outras forças de militância são, ao longo da história, oprimidas e subjugadas. Nossa perspectiva imprime uma reação a essa posição e, mais, pensamos numa ética da resistência que se orienta na construção valorativa que se sustenta na diferença e na proporcionalidade.

**REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Edipro, 1995.

BAETA, Juliana. Brasil já tem 61 transexuais e travestis assassinados em 2017. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/brasil/brasil-j%C3%A1-tem-61-transexuais-e-travestis-assassinados-em-2017-1.1477509>. Acesso em 29 de maio de 2017

BEAUVOIR, Simone de Beauvoir. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **Nós e os gregos**. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURANT, Guy. **A Bioética: natureza, princípios e objetivos**. São Paulo: Paulus, 1995.

ESCÓSSIA, Fernanda da. **A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>. Acesso em 29 de maio de 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo : Global, 2003.

GOFFAMAN, Eving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

RIBEIRO, Dominique de Paula. **Violência contra a mulher: aspectos gerais e questões práticas da Lei nº 11. 340/2006**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2003.

SÁEZ, Javier. **Pelo Cu: políticas anais**. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

THEODORO, Suzi Maria de Cordova; ADAMS, Marina Dias Lucena. O impacto das políticas para as mulheres na promoção da igualdade de gênero. **Revista Gênero**, v.17, n.1,p. 191 – 213. 2. sem. 2016.

---

Fluxo Editorial  
Submetido em: 13/12/2018  
Revisado em: 22/06/2019  
Aceito em: 04/06/2019